



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1000357-84.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Marilene Zambrano das Neves e outros**
 Requerido: **Guerino Zambrano**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora, solicita expedição de alvará para levantamento de resíduo de benefício previdenciário NB: 42/001.533.400-7, e do saldo remanescente no Banco do Brasil / Poupança Ouro, Ag: 6509-9, C/C: 22320-4, a que faz jus o falecido, genitor dos requerentes (certidão de óbito às fls. 13).

2 Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

3 No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls. 17) e o autor comprovou ser herdeiro do falecido, apresentando anuência dos demais herdeiros.

4 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a autora, **Marilene Zambrano das Neves**, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pelo(a) segurado(a), **Guerino Zambrano**, referente ao NB 42/001.533.400-7, e do saldo remanescente no Banco do Brasil / Poupança Ouro, Ag: 6509-9, C/C: 22320-4.

5 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

6 Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação, observando-se a concessão da gratuidade.

7 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado**, ocorrido na data de prolação desta sentença, **dispensado o lançamento de certidão pelo cartório**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

8 Após a expedição de alvará, remeta-se ao arquivo.

9 P.I.

São Carlos, 23 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**